

Diretrizes para Educação a Distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

MÓDULO ESTRUTURAL



**Edifes
Parceria**



CONIF

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Diretrizes para Educação a Distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica

MÓDULO ESTRUTURAL



**Edifes
Parceria**



CONIF

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA



Editora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo
Rua Barão de Mauá, 30, Jucutuquara, 29040-860, Vitória, ES.
<https://edifes.ifes.edu.br>
editora@ifes.edu.br
Coordenador da editora: Giovani Zanetti Neto

Revisão técnica

Vanessa Battestin
Miguel Fabrício Zamberlan

Projeto gráfico , diagramação e capa

Coordenação Geral de Tecnologias Educacionais do
Centro de Referência em Formação e em Educação
a Distância - Ifes

Revisão textual

Mauro Sérgio Demício

Comitê editorial

Adonias Soares da Silva Júnior
Maria Leopoldina Veras Camelo
Mariella Berger Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B335d Battestin, Vanessa.

Diretrizes para educação a distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica [recurso eletrônico]: módulo estrutural / Vanessa Battestin, Miguel Fabrício Zamberlan. – Vitória, ES : Edifes, 2019.

1547: il.; PDF

Publicação Eletrônica.

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Brasil.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-8263-481-3

1. Educação a distância. 2. Educação a distância - estrutura. 3. Educação a distância - modelos. 4. Educação a distância – diretrizes. 5. Educação a distância - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica – Brasil . I. Zamberlan, Fabrício. II. Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal da Educação Profissional, Científica e Tecnológica. III. Título.

CDD: 371.35

CDU: 371

Bibliotecária: Viviane Bessa Lopes Alvarenga CRB/06-745



O conteúdo deste trabalho pode ser compartilhado desde que se atribua crédito aos autores, mas sem que possa alterá-lo de nenhuma forma ou utilizá-lo para fins comerciais.

Membros do GT de Institucionalização da EaD

Fórum de Dirigentes de Ensino - FDE

Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Conif

Membros (de 09/2018 a 08/2019):

Giovane José da Silva – IF Sul de Minas - Coordenador
Vanessa Battestin Nunes (IFES) – IFES – Vice-coordenadora
Agamenon Henrique de Carvalho Tavares – IFRN
Alex Paulino de Oliveira – IFRN (*in memoriam*)
Carlos André de Oliveira Câmara – IFMT
Constantino Dias da Cruz – IFMT
Érico de Ávila Madruga – IFSC
Joseany Rodrigues Cruz – IFGoiano
Luis Otoni Meireles Ribeiro – IFSul
Marcos Antonio Barbosa – IFPR
Mary Roberta Meira Marinho – IFPB
Miguel Fabrício Zamberlan – IFRO
Rute Nogueira de Moraes Bicalho – IFB
Simone Costa Andrade dos Santos – IFMA

Membros (de 02/2017 a 08/2017):

Araceli V. F. N. Ribeiro - Pró-reitora de Ensino (IFES) – Coordenadora
Vanessa Battestin Nunes - Diretora do Cefor (IFES) – Vice-coordenadora
Agamenon Henrique de Carvalho Tavares – Pró-reitor (IFRN)
Anderson Bráulio - Diretor de EaD (IFPB)
Gislane Miotto Catolino Raymundo – Rep. EaD (IFSC)
Joseany Rodrigues Cruz – Coordenadora de EaD (IF Goiano)

Mary Roberta Meira Marinho - Pró-Reitora de Ensino (IFPB)
Miguel Zamberlan - Diretor do Campus PVHZN (IFRO)
Moisés Rosa Souza - Pró-reitor de Ensino (IFRO)
Ramony Oliveira - Rep. Diretoria de EaD (IFNMG)
Ricardo Magalhães D. Cardoso - Pró-reitor de Ensino (IFNMG)
Simone Costa Andrade dos Santos - Diretora do Certec (IFMA)
Virgílio José Távira Erthal - Pró-reitor de Ensino (IF Goiano)

Membros (de 05/2016 a 02/2017):

Ana Alves Neta - Pró-reitora de Ensino (IFNMG) - Coordenadora
Vanessa Battestin Nunes - Diretora do Cefor (IFES) - Vice-coordenadora
Anderson Bráulio - Diretor de EaD (IFPB)
Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro - Pró-reitora de Ensino (IFES)
Daniela Custódio - Coordenadora de EaD (IF Goiano)
Luiz Otavio Cabral - Pró-Reitor de Ensino (IFSC)
Maria Fabíola A. Santos - Pró-reitora de Ensino (IFRO)
Mary Roberta Meira Marinho - Pró-Reitora de Ensino (IFPB)
Miguel Zamberlan - Diretor do Campus PVHZN (IFRO)
Olivier Allain - Diretor do CERFEAD (IFSC)
Ramony Oliveira - Rep. Diretoria de EaD (IFNMG)
Virgílio Erthal - Pró-reitor de Ensino (IF Goiano)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1. OBJETIVO DO GT DE EAD DO FDE/CONIF DE 2016/2017 E METODOLOGIA ADOTADA	9
2. DIRETRIZES PARA O ESFORÇO DOCENTE NA EAD	16
3. ESTRUTURAÇÃO DOS NÚCLEOS GESTORES DE EAD	19
4. MODELOS E METODOLOGIAS PARA EAD	25
5. MATRIZ ORÇAMENTÁRIA PARA EAD	41
6. REFLEXÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO I	48
ANEXO II	50

APRESENTAÇÃO

No Brasil, a EaD foi ganhando espaço nos últimos anos, especialmente devido a programas de fomentos federais como a Universidade Aberta do Brasil (UAB), instituída pelo Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), e a Rede e-Tec Brasil (e-Tec), pelo Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011 (BRASIL, 2011).

Entretanto, as instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica¹ têm percebido que a EaD não se faz apenas com fomento externo, mas é necessário institucionalizar a EaD, de modo a preparar-se para continuar a oferta de cursos a distância e para dar apoio aos cursos presenciais com o uso de tecnologias, mesmo quando não houver mais fomento externo ou quando este estiver reduzido, numa perspectiva de educação híbrida com processos de EaD, cada vez mais embutidos e indissociáveis do presencial (BATTESTIN *et. al*, 2018; 2019).

Segundo Nunes e outros (2015), a institucionalização da EaD traz diversos desafios, tais como: necessidade de normatização da distribuição de carga horária docente, visando a contemplar atividades inerentes à EaD; metodologias específicas para EaD num contexto sem fomento externo², especialmente dispendo dos campi como polos presenciais; novos modelos de financiamento, por exemplo, por meio de matriz orçamentária; entre outros.

Na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, diversas ações têm sido realizadas por meio de grupos de trabalho (GTs) internos ao Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) ou em outros órgãos, como na Setec, Capes e Sesu, com representação do Conif. Tais GTs têm como objetivo elaborar definições unificadas que possam dar suporte à implantação da EaD nas instituições,

1. Em muitos momentos, chamamos a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica resumidamente por "Rede", "Rede Federal" ou por "Rede Federal de EPT"

2. Cursos sem fomento externo, também chamados de institucionalizados ou com recursos próprios, são aqueles em que não há repasse de recursos de entes externos à instituição, tais como programas de governo (ex: UAB e e-Tec.). Já cursos com fomento externo são os que recebem recursos oriundos de outras fontes.

preservadas suas especificidades, por meio de um trabalho em rede, de forma participativa e colaborativa. Entretanto, muitos dos resultados dos trabalhos dos GTs encontram-se distribuídos de forma difusa.

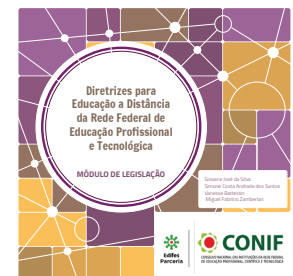
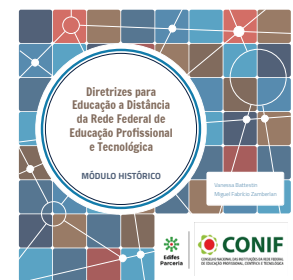
O presente e-book foi idealizado considerando-se a necessidade de definição de diretrizes para que as instituições da Rede Federal de EPT possam avançar na estruturação e consolidação da Educação a Distância, especialmente no que concerne ao processo de institucionalização, e, considerando ainda, a necessidade de disseminação estruturada para todas instituições da Rede. Os resultados aqui consolidados foram frutos de discussões dos grupos de trabalhos de EaD do Conif e posteriores aprovações por seu pleno. Contudo, uma vez que os trabalhos relativos à EaD na Rede Federal de EPT estão em contínuo avanço, optou-se pela elaboração de e-books de diretrizes em módulos³.

O primeiro e-book foi o módulo histórico, que teve como objetivo, como o próprio nome indica, apresentar um histórico dos principais GTs de EaD do Conif, ou em que participou, e seus resultados. Apresenta, ainda, o resultado de dois levantamentos sobre o retrato da institucionalização da EaD na Rede Federal, realizados em 2016 e 2018.

O presente trabalho trata-se do módulo estrutural. Foi assim chamado, pois contém os principais resultados do trabalho realizado pelo GT de EaD do FDE1/Conif de 2016/2017, aprovados pelo Conif, e que têm servido de base no processo de institucionalização da EaD na Rede, especialmente no que se refere à estruturação e à definição de normas internas. Também têm sido como uma linguagem base utilizada para os diálogos dentro e fora da Rede Federal. É, assim, estruturante para os trabalhos que se seguiram e se seguem até o presente momento.

Desejamos uma excelente leitura e uma profícua utilização pelas instituições no processo de consolidação da EaD.

3. Três e-books de Diretrizes para a Educação a Distância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.



Vanessa Battestin

1. OBJETIVO DO GT DE EAD DO FDE/CONIF DE 2016/2017 E METODOLOGIA ADOTADA

Para que seja possível compreender os resultados alcançados pelo GT4 do FDE/Conif de 2016/2017, é, primeiramente, importante conhecer os objetivos então definidos e como o trabalho foi realizado. Assim, apresentamos aqui os objetivos e a metodologia adotada.

Entre 05/2016 a 02/2017, o GT era coordenado por Ana Alves Neta – Pró-reitora de Ensino (IFNMG) e Vanessa Battestin Nunes – Diretora do Cefor (IFES), tendo como membros: Anderson Bráulio – Diretor de EaD (IFPB); Ana Alves Neta – Pró-reitora de Ensino (IFNMG); Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro – Pró-reitora de Ensino (IFES), Daniela Custódio – Coordenadora de EaD (IF Goiano); Maria Fabíola A. Santos – Pró-reitora de Ensino (IFRO); Miguel Zamberlan – Diretor do Campus PVHZN (IFRO); Ramony Oliveira – Rep. Diretoria de EaD (IFNMG); Vanessa Battestin Nunes – Diretora do Cefor (IFES); Virgílio Erthal – Pró-reitor de Ensino (IF Goiano); Olivier Allain – Diretor do CERFEAD (IFSC); Luiz Otavio Cabral – Pró-Reitor de Ensino (IFSC); Mary Roberta Meira Marinho – Pró-Reitora de Ensino (IFPB).

Entre 02/2017 a 08/2017, o GT era coordenado por Araceli V. F. N. Ribeiro – Pró-reitora de Ensino (IFES) e Vanessa Battestin Nunes – Diretora do Cefor (IFES), tendo como membros: Araceli V. F. N. Ribeiro – Pró-reitora de Ensino (IFES); Vanessa Battestin Nunes - Diretora do Cefor (IFES); Moisés Rosa Souza – Pró-reitor de Ensino (IFRO); Miguel Zamberlan – Diretor do *Campus* PVHZN

4. Objetivo geral do GT do FDE/Conif de 2016/2017: Apresentar reflexões e elaborar diretrizes para institucionalização da Educação a Distância (EaD) na Rede Federal.

(IFRO); Ricardo Magalhães D. Cardoso – Pró-reitor de Ensino (IFNMG); Raimony Oliveira – Rep. Diretoria de EaD (IFNMG); Agamenon Henrique de Carvalho Tavares – Pró-reitor (IFRN); Gislane Miotto Catolino Raymundo – Rep. EaD (IFSC); Mary Roberta Meira Marinho – Pró-Reitora de Ensino (IFPB); Anderson Bráulio – Diretor de EaD (IFPB); Virgílio José Tavira Erthal – Pró-reitor de Ensino (IF Goiano); Joseany Rodrigues Cruz – Coordenadora de EaD (IF Goiano); Simone dos Santos – Diretora de EaD (IFMA).

O objetivo geral do GT do FDE/Conif de 2016/2017 foi apresentar reflexões e elaborar diretrizes para institucionalização da Educação a Distância (EaD) na Rede Federal, tendo como objetivos específicos:

- Reflexões sobre os modelos de EaD utilizados atualmente na Rede Federal;
- Propor diretrizes para o esforço docente na EaD;
- Sugerir estruturas organizacionais para institucionalização da EaD;
- Discutir metodologias de oferta de cursos a distância;
- Propor adequações na matriz orçamentária para EaD;
- Sugerir adequações ou novos indicadores para EaD.

Inicialmente, foi elaborado o plano de trabalho do GT, com aprovação pelo pleno do Conif. A seguir, foi realizado um levantamento sobre a institucionalização da EaD na Rede Federal, visando cumprir o primeiro objetivo específico, que serviu como ponto de partida para os trabalhos seguintes.

Para elaboração de cada proposta, com vistas a cumprir cada um dos demais objetivos específicos, foi seguido um rito: elaboração da proposta pelo GT por meio de trabalhos presenciais e a distância; consulta ao FDE e Conif; consulta à Rede Federal (por meio de formulário web); análise das sugestões e adaptação da proposta pelo GT; aprovação no Conif.

Além disso, sempre que necessário, foi realizado um trabalho com outros fóruns, como com o FDE, no caso da proposta de carga horária docente referente à Portaria nº 17 de 2016 do Ministério da Educação; com o Fórum de Pró-reitores de Planejamento do Conif (Forplan) e com setores da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec), especialmente a equipe do Sistec, no caso da proposta de matriz orçamentária; com o Fórum de Desenvolvimento Institucional (FDI), no caso da proposta de indicadores, etc.

O GT participou, ainda, a convite da Setec, de discussões do GT de dimensionamento de cargos e funções (Portaria nº 246 de 2016 do Ministério da Educação), com relação à proposta de estruturação dos núcleos gestores de EaD.

Os cronogramas das atividades realizadas nos anos de 2016 e 2017 constam nas Tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1. Cronograma de 2016 das atividades do GT de Institucionalização de EaD

AÇÃO	PERÍODO E LOCAL
Reunião para início dos trabalhos e delimitação das metodologias de interação	03/06/16 (Forgrad Centro-Oeste - Pirenópolis - GO)
Elaboração da proposta de plano de ação	Até 29/06/16 (virtualmente)
Reunião para concluir o plano de trabalho	30/06 e 01/07/16 (IFRO)
Apresentação do plano de trabalho ao Conif	12/07/16 (BSB)
Elaboração da proposta de esforço docente e de tipo de unidade e estrutura organizacional	Até 22/09/16 (virtualmente)

Reunião para discutir minuta da portaria de esforço docente e estrutura de institucionalização	13/08/16 (IFES)
Apresentação da proposta ao FDE	22/09/16 (IFES)
Conclusão dos trabalhos da proposta de esforço docente e de tipo de unidade e estrutura organizacional e apresentação ao Conif	24 a 28/09/16 (IFES)
Rede Federal envia sugestões das minutas (formulário web)	28/09 a 12/10/16
GT analisa as sugestões e envia versão adaptada ao FDE e Conif	13/10 a 18/10/16
Reunião para fechar e apresentar ao Conif proposta de esforço docente e estrutura e início do trabalho de metodologia	18 a 20/10/16 (BSB)
Elaboração de proposta de metodologia	01/07 a 06/12/16 (virtual)
Apresentação ao Conif da proposta parcial de metodologia	06/12/2016 (AL)

Tabela 2. Cronograma de 2017 das atividades do GT de Institucionalização de EaD

AÇÃO	PRAZO E LOCAL
Apresentação do trabalho do GT no FDE	14/02/17 (BSB)
Análise das sugestões da Rede Federal e adaptação da proposta de modelos e metodologias para EaD	03/03/17 (virtualmente)
Reunião do GT (fechamento do documento de metodologia e discussão sobre matriz orçamentária)	08 e 09/03/17 (SC)
Apresentação do documento de modelos e metodologias para EaD e prévia da discussão de matriz orçamentária no Conif	10/03/17 (SC)
Reunião do GT com o Forplan sobre matriz orçamentária para EaD	21/03/17 (BSB)
Consulta à Rede Federal sobre matriz orçamentária	30/03/17 (virtualmente)

Análise de sugestões da Rede Federal e elaboração de proposta de matriz orçamentária para EaD	31/03/17 (virtualmente)
Apresentação da proposta de matriz orçamentária para EaD no Conif	05/04/17 (BSB)
Elaboração de prévia de proposta de indicadores para EaD	05/05/17 (virtualmente)
Reunião do GT sobre indicadores	10 a 12/05/17 (IFRN)
Trabalho na proposta de indicadores para EaD	10/06/17 (virtualmente)
Consulta à Rede Federal sobre indicadores de EaD	24/06/17 (virtualmente)
Elaboração da proposta final de indicadores para EaD	16/07/17 (virtualmente)
Elaboração do relatório final do GT	28/07/17 (virtualmente)
Apresentação da proposta de indicadores para EaD e relatório final	
Apresentação da proposta de indicadores para EaD e relatório final	10/08/17 (Santarém – PA)

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

Os resultados do trabalho do GT foram posteriormente consolidados no Relatório Final do Grupo de Trabalho de Institucionalização da EaD (CONIF, 2017), disponível em: <http://bit.ly/GTConif2016-2017>.

A Figura 1 traz a capa do documento gerado e a página com os nomes dos componentes do grupo de trabalho.

Figura 1 – Relatório Final do GT de Institucionalização da EaD e membros do GT – FDE/Conif (2016/2017).

<p style="text-align: center;">Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF Fórum de Dirigentes de Ensino - FDE</p> <p style="text-align: center;">Relatório Final do Grupo de Trabalho de Institucionalização da EaD</p> <p style="text-align: center;">Agosto de 2017</p>	<p style="text-align: center;">Membros do GT de Institucionalização da EaD</p> <p>Membros atuais (de 02/2017 a 08/2017):</p> <ul style="list-style-type: none">• Araceli V. F. N. Ribeiro - Pró-reitora de Ensino (IFES) – Coordenadora• Vanessa Batestin Nunes - Diretora do Cefor (IFES) – Vice-coordenadora• Moisés Rosa Souza - Pró-reitor de Ensino (IFRO)• Miguel Zamberlan - Diretor do Campus PVHZN (IFRO)• Ricardo Magalhães D. Cardoso - Pró-reitor de Ensino (IFNMG)• Ramony Oliveira - Rep. Diretoria de EaD (IFNMG)• Agamenon Henrique de Carvalho Tavares – Pró-reitor (IFRN)• Gislane Miotto Catolino Raymundo – Rep. EaD (IFSC)• Mary Roberta Meira Marinho - Pró-Reitora de Ensino (IFPB)• Anderson Bráulo - Diretor de EaD (IFPB)• Virgílio José Távira Erthal – Pró-reitor de Ensino (IF Goiano)• Joseany Rodrigues Cruz – Coordenadora de EaD (IF Goiano)• Simone dos Santos - Diretora de EaD (IFMA) <p>Membros anteriores (de 05/2016 a 02/2017):</p> <ul style="list-style-type: none">• Anderson Bráulo - Diretor de EaD (IFPB)• Ana Alves Neta - Pró-reitora de Ensino (IFNMG) - Coordenadora• Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro - Pró-reitora de Ensino (IFES)• Daniela Custódio - Coordenadora de EaD (IF Goiano)• Maria Fabiola A. Santos - Pró-reitora de Ensino (IFRO)• Miguel Zamberlan - Diretor do Campus PVHZN (IFRO)• Ramony Oliveira - Rep. Diretoria de EaD (IFNMG)• Vanessa Batestin Nunes - Diretora do Cefor (IFES) – Vice-coordenadora• Virgílio Erthal - Pró-reitor de Ensino (IF Goiano)• Olivier Allain - Diretor do CERFEAD (IFSC)• Luiz Otavio Cabral - Pró-Reitor de Ensino (IFSC)• Mary Roberta Meira Marinho - Pró-Reitora de Ensino (IFPB) <p style="text-align: right;">2</p>
--	--

Os resultados da primeira parte do trabalho do GT (Reflexões sobre os modelos de EaD utilizados atualmente na Rede Federal) são apresentados no Capítulo 2 do primeiro e-book de Diretrizes para EaD da Rede Federal de EPT: Módulo Histórico.

A proposta de indicadores, referente ao último objetivo específico, foi apenas apresentada ao Conif, não tendo sido discutida, uma vez que outro GT do Conif trabalhava nos indicadores gerais para a Rede e uma discussão conjunta deveria ocorrer posteriormente. Assim, essa proposta é tema de futura discussão no atual GT de Institucionalização da EaD do Conif (2018/2019).

Os resultados dos quatro itens restantes foram amplamente discutidos e aprovados pelo Conif e constituem o conteúdo principal do presente e-book: Módulo Estrutural. O Capítulo 2 apresenta as diretrizes para o esforço docente na EaD, o Capítulo 3 trata da estruturação dos núcleos gestores de EaD, o Capítulo 4 discute modelos e metodologias para EaD e o Capítulo 5 traz a proposta aprovada de matriz orçamentária para EaD.

2. DIRETRIZES PARA O ESFORÇO DOCENTE NA EAD

O GT elaborou uma proposta de esforço docente para EaD tomando como base os regulamentos enviados pelas instituições IFES, IFRO, IF Goiano, IFRN e IFNMG.

É importante ressaltar que a Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, do Ministério da Educação⁵, no parágrafo único do artigo 4º, estabelece que:

A regulamentação da atividade docente em cursos a distância deverá ser definida em regulamento próprio, a ser proposto pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), buscando a sua institucionalização, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da publicação desta Portaria.

5. http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521280/do1-2016-05-13-portaria-n-17-de-11-de-maio-de-2016-21521206

Dessa forma, coube ao presente GT elaborar a referida proposta, que foi apresentada em três diferentes versões:

A. Proposta de regulamentação das atividades docentes em componentes curriculares a distância (proposta de documento específico para EaD);

B. Proposta de alteração da Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, da Setec, para contemplar as atividades docentes em componentes curriculares a distância;

C. Proposta de alteração da Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, da Setec, para contemplar as atividades docentes em componentes curriculares a distância, com base na proposta de alteração da referida portaria pelo Conif.

Na consulta à Rede Federal, o GT recebeu 56 sugestões, entre sugestões de dirigentes de EaD, por meio do formulário web, e sugestões em reuniões do FDE e do Conif de setembro de 2016. Tais sugestões foram analisadas e, posteriormente, a proposta foi adaptada.

A proposta final foi apresentada ao Conif na reunião de outubro de 2016, tendo sido aprovada. A versão escolhida pelo Conif foi a terceira, cuja proposta completa encontra-se no Anexo 1. Dessa forma, a proposta do GT de EaD foi juntada à proposta do Conif de alteração da Portaria 17 e esse documento único foi encaminhado à Setec. A Setec possui um GT específico para alteração da Portaria 17.

Uma primeira questão trabalhada no documento foi que não se faz referência apenas a cursos a distância, mas, de uma forma mais ampla, a componentes curriculares a distância, que podem integrar cursos a distância ou cursos presenciais, conforme legislações pertinentes.

Outra questão é que, devido à necessidade de elaboração de materiais didáticos que atendam às especificidades do processo de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares a distância, para a primeira oferta destes, o docente fará jus à carga horária de planejamento em período anterior à execução do respectivo componente curricular.

Um ponto muito importante definido é que não se tem a figura do tutor, e sim a atividade de mediação pedagógica⁶, que pode ser exercida pelo mesmo professor ou outro, dentro de sua carga horária de trabalho. A mediação pedagógica é definida pela atuação docente no processo de ensino a distância, esclarecendo dúvidas, promovendo espaços de construção colaborativa do conhecimento, participando de processos avaliativos, orientando e corrigindo atividades, entre outras⁶.

Essa atividade de mediação pedagógica terá carga horária equivalente à de aula da disciplina e, também, deve ser considerada para computar as carga

6. TERMO:

MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Definida pela atuação docente no processo de ensino a distância, esclarecendo dúvidas, promovendo espaços de construção colaborativa do conhecimento, participando de processos avaliativos, orientando e corrigindo atividades, entre outras.

horárias mínima e máxima dos docentes, ou seja, computa-se de forma equivalente como se estivesse em uma sala de aula presencial.

Além do docente responsável pelo planejamento do componente curricular, a depender da quantidade de turmas ou discentes, outros docentes poderão exercer a atividade de mediação pedagógica e, para isso, farão jus à carga horária dessa atividade no período de execução do componente curricular.

Ainda são citadas outras funções que podem ser contabilizadas como atividades docentes: design educacional, coordenador de polo, coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), entre outras.

3. ESTRUTURAÇÃO DOS NÚCLEOS GESTORES DE EAD

O GT elaborou uma proposta de estruturação dos núcleos gestores de Educação a Distância com base no levantamento realizado com a Rede Federal e na experiência dos integrantes do GT. A proposta foi apresentada em duas versões:

A. Estruturação de núcleos gestores de EaD - documento único;

B. Estruturação de núcleos gestores de EaD - dois documentos: um para o Conif (com estruturas consideradas internas à instituição) e outra para Setec (com estruturas que dependem de aprovação do Ministério da Educação).

A seguir, foi realizada uma consulta à Rede Federal, juntamente com a proposta de esforço docente para EaD, tendo o GT recebido 56 sugestões, entre sugestões de dirigentes de EaD, por meio do formulário web, e sugestões em reuniões do FDE e do Conif de setembro de 2016. Tais sugestões foram analisadas e, posteriormente, a proposta foi adaptada.

A proposta final foi apresentada ao Conif na reunião de outubro de 2016, tendo sido aprovada. A versão escolhida pelo Conif foi a segunda (B). A proposta do GT de EaD foi juntada à proposta do GT de cargos e funções do Conif, que sugeria alterações na Portaria nº 246 de 2016 do Ministério da Educação⁷. Esse documento único foi posteriormente encaminhado à Setec. No Anexo 2,

7. http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21519882

tem-se a proposta aprovada no Conif, porém apresentada de forma completa, para melhor entendimento da definição de núcleos gestores de EaD e da diferença entre os níveis.

Primeiramente, o GT definiu o que seriam os Núcleos Gestores da Educação a Distância: estruturas organizacionais que visam à institucionalização da Educação a Distância nas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e que tem como principais objetivos:

- Promover a integração sistêmica com os campi, tendo em vista a consolidação das políticas institucionais relacionadas à EaD e ao uso de tecnologias na educação;
- Propor e implementar políticas para programas e projetos na modalidade a distância na Rede Federal;
- Possibilitar, nos limites estabelecidos pela legislação, a oferta de componentes curriculares a distância em todos os níveis de ensino;
- Promover a formação de docentes e servidores técnico-administrativos em Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação a Distância;
- Congregar e potencializar os vários programas de fomento de Educação a Distância;
- Estabelecer diretrizes para a produção de materiais didáticos e tecnologia educacional para a modalidade a distância e também para a modalidade presencial;
- Estabelecer diretrizes para o funcionamento da infraestrutura tecnológica necessária para a oferta de Educação a Distância;
- Estabelecer diretrizes para a integração da pesquisa e da extensão ao ensino a distância.

Importante citar que o GT entende que o núcleo gestor de EaD pode ser ou não uma unidade acadêmica, com oferta direta de cursos, e que esta oferta pode ocorrer em diversos níveis e modalidades, não precisando ser restrita ao presencial, especialmente porque trabalha com a visão de educação híbrida.

A Tabela 3 apresenta os níveis de estruturação dos núcleos gestores de EaD propostos pelo GT e aprovados pelo Conif, considerando o quadro de docentes, servidores técnico-administrativos e funções (cargos de direção e funções gratificadas).

É importante ressaltar que na versão original entregue pelo GT de Institucionalização de EaD em 2016 havia seis níveis, porém um dos níveis foi retirado pelo Conif (o de Campus

Avançado gestor de EaD I) em coerência com a proposta do GT da Portaria 246, que solicitava a extinção de Campus Avançado I da estrutura da Rede Federal. Assim, a Tabela 3 apresenta os níveis que se mantiveram.

Tabela 3. Níveis de estruturação dos núcleos gestores de EaD

MODELO	DOCENTES	TÉCNICOS				CD2	CD3	CD4	FG1	FG2
		C	D	E	TOTAL					
Núcleo/diretoria gestor de EaD	0	0	3	4	7			1		
Centro de Referência gestor de EaD sem oferta própria	3	0	8	4	12		1		2	
Centro de Referência gestor de EaD com oferta própria	16	2	15	12	29		1	1	3	1

Campus avançado gestor de EaD II	40	3	23	18	44		1	2		2
Campus gestor de EaD	70	9	36	23	68	1		3	4	8

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

O Núcleo ou Diretoria Gestor de EaD deverá normatizar, supervisionar e acompanhar processos educacionais relativos à modalidade a distância, em todos os níveis, na instituição; não há oferta de cursos próprios em qualquer modalidade, pois as ofertas serão de responsabilidade dos *campi* da instituição.

1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Ministério da Educação, deve desenvolver planos, programas e projetos relacionados à Educação Profissional e Tecnológica, sendo, neste caso, especializado em Educação a Distância; não há oferta de cursos próprios em qualquer modalidade, pois as ofertas serão de responsabilidade dos *campi* da instituição; possui equipe para produção de materiais didáticos para os cursos a distância da instituição.

O Centro de Referência Gestor de EaD com oferta própria engloba as atividades dos níveis anteriores; neste nível, deverá haver oferta de cursos próprios, presenciais ou a distância; haverá lotação de docentes; possui equipe para a produção de materiais didáticos para os cursos a distância da instituição.

O *Campus* Avançado Gestor de EaD II engloba as atividades dos níveis anteriores; em consonância com o inciso II do artigo 3º da Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, há oferta de cursos próprios em qualquer modalidade, pois as ofertas serão de responsabilidade dos *campi* da instituição; possui equipe para produção de materiais didáticos para os cursos a distância da instituição. O Centro de Referência Gestor de EaD com oferta própria engloba as atividades dos níveis anteriores; neste nível, deverá haver oferta de cursos próprios, presenciais ou a distância; haverá lotação de docentes; possui equipe para a produção de materiais didáticos para os cursos a distância da instituição.

O *Campus* Avançado Gestor de EaD II engloba as atividades dos níveis anteriores; em consonância com o inciso II do artigo 3º da Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Ministério da Educação, o Campus Avançado é destinado ao desenvolvimento de educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão a áreas temáticas ou especializadas, sendo estas, no âmbito deste documento, a Educação a Distância e o uso de Tecnologias na Educação; neste nível, deverá haver oferta de cursos próprios, presenciais ou a distância; haverá lotação de docentes; possui equipe para a produção de materiais didáticos para os cursos a distância da instituição.

O *Campus* Gestor de EaD engloba as atividades dos níveis anteriores e deverá estar em consonância com o inciso I do artigo 3º da Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, do Ministério da Educação, estando voltado para o exercício de atividades permanentes de ensino, pesquisa aplicada, inovação e extensão e ao atendimento das demandas específicas neste âmbito; deverá haver oferta de cursos próprios, presenciais e a distância; possui equipe para a produção de materiais didáticos para os cursos a distância da instituição.

Ressalta-se, porém, que os dois primeiros níveis (Núcleo/Diretoria Gestor de EaD e Centro de Referência Gestor de EaD sem oferta própria) foram considerados como de responsabilidade da instituição e os respectivos valores de cargos e funções são sugestões. Os últimos três níveis necessitariam de aprovação pelo Ministério da Educação para destinação dos respectivos cargos e funções. Contudo, no caso de Centro de Referência com oferta própria (terceiro nível), a instituição possui autonomia para criar tal estrutura. A aprovação pelo Ministério da Educação é necessária no caso de solicitação dos respectivos cargos e funções.

Em 2017, a Setec constituiu um GT específico para alteração da Portaria 246. O GT de institucionalização da EaD do FDE/Conif foi convidado a participar de uma reunião deste GT da Setec em maio de 2017, para apresentar a proposta

relativa a núcleos gestores de EaD. Nessa reunião ficou definido que a proposta seria de incorporação dos últimos três níveis na Portaria 246, conforme já explicado. Na mesma reunião também foi solicitado que o GT de Institucionalização da EaD elaborasse um texto de justificativa de inclusão das estruturas de núcleos gestores de EaD, para que fosse incorporado ao documento de proposta de alteração da Portaria 246. Também foi solicitado que o GT apresentasse uma proposta de critérios para os níveis. Ambas solicitações foram atendidas e enviadas ao GT da Setec em junho de 2017.

É importante ressaltar que a definição do modelo de Núcleo Gestor de Educação a Distância caberá a cada instituição e, segundo documento aprovado, apenas deverá ser alterada de forma progressiva.

Além disso, com vistas a promover a capilarização das ações de institucionalização da EaD, os *campi* que atuam com essa modalidade deverão garantir infraestrutura e pessoal para realizar articulação com o Núcleo Gestor de Educação a Distância; prover apoio local no que diz respeito ao planejamento e execução de componentes curriculares a distância; ser um difusor das diretrizes da Educação a Distância, fomentando o crescimento da modalidade localmente.

4. MODELOS E METODOLOGIAS PARA EAD

Cursos a distância sem fomento externo ainda são poucos na Rede Federal, porém, já se observam algumas experiências diferentes. Com base em metodologias atualmente utilizadas, foi elaborado um documento norteador com cinco modelos base, visando consolidar as diversas abordagens. O objetivo do documento é orientar as instituições na oferta de cursos e disciplinas a distância, podendo utilizar, mesclar ou fazer adaptações dos modelos descritos para utilização, conforme suas especificidades. Tal documento foi aprovado pelo Conif na reunião de março de 2017.

Cada modelo apresentado foi descrito com base nas informações descritas na Tabela 4, a saber: Características principais; Níveis de curso; Oferta de disciplinas; Equipe do curso; Tecnologias utilizadas; Planejamento e mediação; Local do polos presenciais; Estrutura dos polos presenciais; Atendimento presencial; Avaliações; Vantagens comuns; Dificuldades comuns; Outros aspectos.

Tabela 4. Descrição das características dos modelos.

DESCRIÇÃO DO MODELO	
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	Descreve resumidamente as características que se destacam no modelo, tais como as tecnologias utilizadas, a abordagem de planejamento e mediação utilizadas, o atendimento presencial, etc.
NÍVEIS DE CURSO	Informa os níveis de curso a que este modelo mais se adequa: FIC, técnico, graduação, pós lato sensu, pós stricto sensu.

OFERTA DE DISCIPLINAS	Informa um quantitativo sugerido de disciplinas ofertadas simultaneamente (apenas uma por vez, duas por vez, três, etc.) e uma sugestão de tempo de execução destas (um mês, 3 meses, etc.).
EQUIPE DO CURSO	Informa os atores a compor a equipe necessária, tais como: coordenador de curso; professores conteudistas (que planejam a disciplina e produzem o material); professores formadores, gestores ou simplesmente professores (que conduzem a disciplina, em geral são os mesmos professores conteudistas); professores mediadores (que realizam a atividade de mediação pedagógica de uma ou mais turmas, podendo ser os próprios professores das disciplinas); designer educacional; pedagogo; apoio pedagógico presencial; apoio administrativo presencial. Informa, ainda, se são docentes ou administrativos da instituição ou contratados e se são do núcleo gestor de EaD, do ofertante ou do polo de apoio presencial. Não consta aqui a equipe multidisciplinar de EaD que atua no núcleo gestor e atende a todos os cursos (como profissionais de produção e revisão de materiais, de áudio, vídeo, textos, AVA, de TI, etc.).
TECNOLOGIAS UTILIZADAS	Descreve as tecnologias utilizadas, tais como: ambiente virtual de aprendizagem, transmissão via satélite, videoaulas, material impresso, plataformas de vídeo ou webconferência, animações, redes sociais, atendimento ao aluno por telefone ou call center, etc.
PLANEJAMENTO E MEDIAÇÃO	Descreve como se dá o planejamento das disciplinas e a mediação pedagógica pelos docentes da instituição. Por exemplo, em um modelo de docência coletiva/compartilhada, os professores de uma disciplina atuam juntos no planejamento e cada um faz a mediação pedagógica de uma ou mais turmas. Um outro modelo tem um único docente que planeja a disciplina e outros docentes podem atuar apenas na mediação pedagógica.
LOCAL DO POLOS PRESENCIAIS	Descreve se os polos são campi da instituição, polos municipais utilizados pela UAB, polos estaduais utilizados pela e-Tec, escolas da rede municipal e estadual ou outros.
ESTRUTURA DOS POLOS PRESENCIAIS	Informa a estrutura que o polo deve ter para atender a esse tipo de curso – estrutura de pessoal (Ex: coordenador de polo ou profissional para atendimento administrativo, profissional de apoio pedagógico, profissional de TI, etc.) e estrutura física (Ex: secretaria; laboratório de informática; sala multisuso; laboratório específico, caso necessário; ambiente para aulas transmitidas online, tais como kit de recepção de satélite, tv, som, computador, projetor, etc.). Deve-se atender a legislação vigente de credenciamento de polos presenciais.

ATENDIMENTO PRESENCIAL	<p>Descreve como pode ser realizado o atendimento presencial ao aluno. Se houver um profissional no polo para realizar esse atendimento, descrever se este profissional tem atribuições docentes (por exemplo, pode ser um docente do polo, com parte da carga horária dedicada a essa atividade). Caso o polo tenha este profissional, mas ele não tenha atribuições docentes, mas seja um apoio local ao aluno para acesso ao ambiente, para aplicar provas, etc, poderia ser um docente ou um administrativo com parte da carga horária alocada para tal ou um aluno de algum curso da instituição. Se não houver um profissional local para esse tipo de atendimento, os professores do curso poderiam se deslocar até o polo para realização das atividades presenciais e atendimentos. Há, ainda, a possibilidades de parcerias ou algum fomento específico (por exemplo com UAB ou eTEC) para pagamento desses profissionais nos polos, ou para atuação voluntária, quando houver necessidade e não houver disponibilidade dos mesmos. Outra possibilidade é essa atividade ser realizada por alunos de cursos de licenciatura, estagiários ou monitores.</p>
AVALIAÇÕES	<p>Informa como se dão as atividades avaliativas presenciais e a distância, respeitada a legislação vigente.</p>
VANTAGENS COMUNS	<p>Descreve os impactos positivos do modelo/metodologia com relação a recursos financeiros e humanos necessários para implementar o curso, aos impactos na matriz orçamentária, nos indicadores (como RAP, evasão), na qualidade do curso, na alocação de carga horária docente, adesão (por parte dos professores, gestores dos campi polo), no quantitativo de alunos, etc.</p>
DIFICULDADES COMUNS	<p>Descreve os impactos negativos do modelo/metodologia com relação a recursos financeiros e humanos necessários para implementar o curso, aos impactos na matriz orçamentária, nos indicadores (como RAP, evasão), na qualidade do curso, na alocação de carga horária docente, resistências (por parte dos professores, gestores dos campi polo), no quantitativo de alunos, etc.</p>
OUTROS ASPECTOS	<p>Descreve outros aspectos relevantes que não tenham sido abordados nos itens anteriores.</p>

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

Os cinco modelos propostos são apresentados resumidamente na Tabela 5.

Tabela 5. Modelos e metodologias de disciplinas a distância.

MODELO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
1	Utiliza principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com atividades e avaliações a distância e presenciais, alguns docentes planejam disciplinas e outros realizam apenas a mediação pedagógica, com apoio presencial nos polos.
2	Utiliza principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com atividades e avaliações a distância e presenciais, docência coletiva ou compartilhada, sem apoio presencial pedagógico nos polos.
3	Utiliza principalmente a transmissão de aulas online, complementadas com recursos disponibilizados no AVA, com atividades e avaliações a distância e presenciais.
4	Não possui atividades e atendimentos presenciais, respeitada a legislação. Baseia-se em ambientes virtuais de aprendizagem ou ambientes específicos para cursos MOOC.
5	Disciplinas a distância em cursos presenciais. Pode ser uma disciplina inteira em um curso presencial, pode ser parcial, pode ser apenas apoio, pode ser ainda uma disciplina a distância comum a vários cursos.

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

O primeiro modelo, apresentado na Tabela 6, é o mais próximo do que hoje é utilizado nos cursos com fomento externo financiados pela UAB ou e-Tec, utilizando-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em geral o Moodle, como principal recurso.

Tabela 6. Modelo 1.

MODELO 1	
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	Utiliza principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com atividades e avaliações a distância e presenciais, alguns docentes planejam disciplinas e outros realizam apenas a mediação pedagógica, com apoio presencial nos polos.
NÍVEIS DE CURSO	Técnicos, graduações, pós lato sensu.
OFERTA DE DISCIPLINAS	Depende do nível e do tipo do curso. Ex.: curso técnico em Informática com seis disciplinas concomitantes ocorrendo ao longo do semestre letivo.
EQUIPE DO CURSO:	Coordenador do curso, professores (conteudista e gestores), professores mediadores (os professores gestores também devem ser mediadores, porém dependendo da quantidade de polos, outros docentes podem assumir a atividade de mediação pedagógica de uma ou mais turmas), designer educacional, pedagogo, apoio administrativo e pedagógico nos polos. De forma geral, os primeiros são efetivos do ofertante e os dois últimos são efetivos do <i>campus</i> polo. No caso do apoio administrativo, pode ser um técnico administrativo com carga horária parcial para essa atividade. No caso do apoio pedagógico, um docente com carga horária parcial para essa atividade.
TECNOLOGIAS UTILIZADAS	Ambiente virtual de aprendizagem, videoaulas, material impresso, animações, redes sociais, plataformas de webconferência, etc.
PLANEJAMENTO E MEDIAÇÃO	Para cada disciplina há um único docente que a planeja (com apoio do designer educacional e da equipe do núcleo gestor de EaD). Outros docentes atuam apenas na mediação pedagógica. Porém, o que planeja também realiza a mediação pedagógica. Ex: curso com três turmas: uma mediada pelo próprio professor que planejou a disciplina e as outras duas são mediadas por outros docentes.
LOCAL DOS POLOS PRESENCIAIS	Nos <i>campi</i> da instituição (e/ou em ambientes cedidos a partir das parcerias com municípios e/ou estado).
ESTRUTURA DOS POLOS PRESENCIAIS	Estrutura física (compartilhada com outros cursos): secretaria, laboratório de informática, sala multissala, laboratório específico (se for o caso), biblioteca, salas de aula. Estrutura de pessoal: Apoio administrativo para os alunos nos polos (ou coordenação de polo), apoio pedagógico para atendimento presencial aos alunos (docentes).

<p>ATENDIMENTO PRESENCIAL</p>	<p>As atividades presenciais serão desenvolvidas nas dependências do polo de atendimento presencial e mediadas pelo docente que realiza o apoio pedagógico em tal polo, com orientações do professor da disciplina. A quantidade de encontros presenciais por semana ou mês depende da organização pedagógica das disciplinas, respeitado o limite previsto em lei. Ex: No caso nos cursos técnicos, 20% da carga horária deve ser presencial. As questões administrativas são analisadas e direcionadas pelo apoio administrativo do polo (ou coordenador do polo).</p>
<p>AVALIAÇÕES</p>	<p>Avaliações virtuais realizadas no AVA (por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc.) e avaliações presenciais realizadas no polo presencial, sendo aplicadas pelo apoio pedagógico presencial. Podem ser do tipo provas ou outro formato de avaliação, como apresentação de trabalho, por exemplo. No último caso, pode-se ter transmissão online das apresentações aos professores mediadores da disciplina ou gravação destas pelo apoio pedagógico presencial, para posterior envio aos professores mediadores. A periodicidade das avaliações depende do tipo de curso e da forma de oferta das disciplinas. Ex: No caso do curso técnico com disciplinas concomitantes semestrais, pode-se ter uma avaliação presencial no meio e outra no fim de cada disciplina.</p>
<p>VANTAGENS COMUNS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Carga horária docente: Uma vez que um único professor por disciplina realiza o planejamento, ganha-se em termos de carga docente, pois os demais professores apenas contabilizarão carga horária para mediação pedagógica. ▪ Aumento no número de alunos: Como alguns docentes ficam menos sobrecarregados em termos de carga horária, podem ser alocados para novas turmas, aumentando o número de alunos. ▪ Aumento de recursos na matriz e melhoria de indicadores: Com maior número de alunos, aumenta-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores como a RAP (relação aluno/professor). ▪ Facilidade de acesso e maior flexibilidade: O uso prioritário do AVA depende essencialmente do aluno dispor de computador e boa conexão com a internet. ▪ Maior sentimento de pertença do aluno e menor possibilidade de evasão: Uma vez que o aluno tem apoio presencial no polo. ▪ Oferta de cursos no interior ou em regiões onde o ofertante não alcança.

DIFICULDADES COMUNS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Resistências docentes: Dificuldades em se alocar docentes para realizar a mediação pedagógica, uma vez que estes consideram que a carga horária para tal atividade não é suficiente ou por subordinação a outro professor. ▪ Resistências dos campi polo: Uma vez que estariam cedendo estrutura física e pessoal para um curso que não é seu. Em geral, é preciso trabalhar algum tipo de contrapartida, como rateio de recursos financeiros, ou fortalecer o trabalho em rede.
OUTROS ASPECTOS	<p>No caso de não se dispor de profissionais efetivos nos polos presenciais para o apoio administrativo e pedagógico aos alunos, uma opção é dispor de algum tipo de fomento externo para contratação desses profissionais .</p>

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

O segundo modelo (Tabela 7) já possui características mais específicas de cursos institucionais, em que não há a presença de tutores e em que pode haver dificuldade de locomoção aos polos de apoio presencial.

Tabela 7. Modelo 2

MODELO 2	
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	<p>Utiliza principalmente o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com atividades e avaliações a distância e presenciais, docência coletiva ou compartilhada, sem apoio presencial pedagógico nos polos.</p>
NÍVEIS DE CURSO	<p>Graduações, pós <i>lato sensu</i>.</p>
OFERTA DE DISCIPLINAS:	<p>Depende do nível e do tipo do curso. Ex.: Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais com duas disciplinas concomitantes por vez, ocorrendo ao longo de seis semanas.</p>
EQUIPE DO CURSO	<p>Coordenador do curso, professores, designer educacional, pedagogo, apoio administrativo nos polos. De forma geral, os primeiros são efetivos do ofertante e o último é efetivo do campus polo, podendo ser um técnico administrativo com carga horária parcial para esta atividade.</p>

TECNOLOGIAS UTILIZADAS	Ambiente virtual de aprendizagem, videoaulas, material impresso, animações, redes sociais, plataformas de webconferência, etc.
PLANEJAMENTO E MEDIAÇÃO	Para cada disciplina um grupo de docentes planeja junto (em geral, dois ou três). Depois, cada docente fica responsável pela mediação pedagógica de uma ou mais turmas.
LOCAL DO POLOS PRESENCIAIS	Nos <i>campi</i> da instituição (e/ou em ambientes cedidos a partir das parcerias com municípios e/ou estado).
ESTRUTURA DOS POLOS PRESENCIAIS	Estrutura física (compartilhada com outros cursos): secretaria, laboratório de informática, sala multiuso, laboratório específico (se for o caso), biblioteca, salas de aula. Estrutura de pessoal: Apoio administrativo para os alunos nos polos (ou coordenação de polo).
ATENDIMENTO PRESENCIAL:	Com relação à parte administrativa, os alunos recebem apoio do coordenador de polo, que esclarece suas dúvidas e faz os encaminhamentos ao ofertante, que é responsável por tratar questões como matrícula, assistência estudantil, solicitação de documentos etc. Com relação à parte pedagógica, ocorre apenas nos momentos de atividades presenciais com os próprios professores da disciplina, que precisam se deslocar para o polo ao qual estão responsáveis pela mediação pedagógica. A quantidade de encontros presenciais por semana ou mês depende da organização pedagógica das disciplinas, respeitado o limite previsto em lei. Ex: No caso de uma pós lato sensu, essas atividades podem se limitar aos momentos de avaliação presencial.
AVALIAÇÕES	Avaliações virtuais realizadas no AVA (por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc.) e avaliações presenciais realizadas no polo presencial, sendo aplicadas pelo próprio professor. Podem ser do tipo provas ou outro formato de avaliação, como apresentação de trabalho. A periodicidade das avaliações depende do tipo de curso e da forma de oferta das disciplinas. Ex.: No caso de uma pós lato sensu com duas disciplinas concomitantes, pode ser realizada uma avaliação interdisciplinar ao final de cada dupla de disciplinas, com os conteúdos sendo avaliados pelas duas disciplinas.

VANTAGENS COMUNS

- Tendência de maior qualidade: uma vez que para cada disciplina há um grupo de docentes que atua no seu planejamento e são esses mesmos que fazem a mediação a distância e presencial com os alunos, o que tende a motivar mais os alunos.
- Facilidade de acesso e maior flexibilidade: O uso prioritário do AVA depende essencialmente do aluno dispor de computador e boa conexão com a internet.
- Mais atividades interdisciplinares: O modelo de disciplinas duas a duas (como no exemplo) favorece ao planejamento de atividades e avaliações interdisciplinares, o que traz uma série de benefícios, como maior aplicabilidade do conteúdo na prática pelos alunos, aumento da motivação, menor quantidade de atividades e menor quantidade de deslocamentos aos polos pelos alunos (uma vez que uma mesma atividade pode ser avaliada por olhares distintos, de acordo com cada disciplina).
- Maior aceitação dos docentes: Uma vez que possuem carga horária tanto para planejar a disciplina como para mediação pedagógica e não ficam uns subordinados aos outros.
- Maior proximidade dos professores e alunos: uma vez que os próprios docentes realizam a mediação pedagógica.

DIFICULDADES COMUNS

- Carga horária docente: Consome-se maior carga horária docente, em relação ao modelo 1, uma vez que para cada disciplina há um grupo de docentes que atua no seu planejamento.
- Menor quantidade de alunos: Com os docentes mais alocados, há menos carga horária disponível para atuar em novas turmas e, no caso das especializações, para orientação dos trabalhos de conclusão de curso. Isso ocasiona atendimento de um menor número de cursos e alunos em relação ao modelo 1.
- Menos recursos na matriz e indicadores piores: Com menos alunos, diminui-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores, como RAP.
- Resistências dos campi polo: Uma vez que estariam cedendo estrutura física e pessoal para um curso que não é seu. Em geral, é preciso trabalhar algum tipo de contrapartida, como rateio de recursos financeiros, por exemplo, ou fortalecer o trabalho em rede. Porém, a resistência aqui é menor que no modelo anterior, uma vez que não está sendo alocada carga horária docente dos polos presenciais.
- Resistências em ter polos no interior: uma vez que os docentes precisam se deslocar para os polos para as atividades presenciais, em geral, optam por locais mais próximos de onde atuam ou residem.

**DIFICULDADES
COMUNS**

- Menor sentimento de pertença do aluno: Uma vez que o aluno não tem um atendimento presencial regular (a não ser nos momentos de avaliação), isso pode dificultar o sentimento de pertença e ser um problema para aqueles que têm maior dificuldade.
- Pode haver maior dificuldade em utilizar este modelo em cursos como licenciatura ou que exijam maior quantidade de atividades práticas presenciais, devido à maior necessidade de deslocamentos dos professores, o que pode ser minimizado se o polo for próximo ao local de trabalho dos professores.

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

O terceiro modelo, apresentado na Tabela 8, é utilizado por instituições que adotam a transmissão de aulas online.

Tabela 8. Modelo 3

MODELO 3	
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	Utiliza principalmente a transmissão de aulas online, complementadas com recursos disponibilizados no AVA, com atividades e avaliações a distância e presenciais.
NÍVEIS DE CURSO	Técnicos, graduações, pós lato sensu.
OFERTA DE DISCIPLINAS	Depende do nível e do tipo do curso. Ex.: curso técnico concomitante com o ensino médio com disciplinas concomitantes ocorrendo ao longo do ano letivo.
EQUIPE DO CURSO	Coordenador do curso, professores (conteudista e gestores), professores mediadores, designer educacional, pedagogo, apoio administrativo e pedagógico nos polos. De forma geral, os professores mediadores não são profissionais do ofertante, mas dos polos, sejam os campi da instituição ou de instituições parceiras. Os demais são efetivos da instituição.
TECNOLOGIAS UTILIZADAS	Transmissão de aulas ao vivo, via satélite ou internet, se possível; ambiente virtual de aprendizagem; material impresso; animações; redes sociais; plataformas de webconferência; etc.

PLANEJAMENTO E MEDIAÇÃO	Os professores elaboram o material em períodos anteriores e ministram aulas pelo modelo telepresencial uma vez por semana. A mediação pedagógica é realizada nos polos presenciais por profissionais das instituições parceiras.
LOCAL DO POLOS PRESENCIAIS	Em geral em ambientes a partir das parcerias com municípios e/ou estado ou nos <i>campi</i> da instituição.
ESTRUTURA DOS POLOS PRESENCIAIS	<p>Estrutura física (compartilhada com outros cursos): secretaria, laboratório de informática, sala multiuso, laboratório específico (se for o caso), biblioteca, salas de aula, devidamente equipadas para recepção e acomodação dos alunos em aulas transmitidas (kit de recepção de satélite, tv, som, computador, projetor).</p> <p>Estrutura de pessoal: Os professores e administrativos das instituições parceiras (ou dos <i>campi</i>-polo) fazem o atendimento pedagógico e administrativo presencial, respectivamente.</p>
ATENDIMENTO PRESENCIAL	Ocorre nos momentos destinados às práticas, aulas e atividades presenciais, nos polos de apoio. As aulas acontecem ao vivo em horários específicos e são acompanhadas presencialmente pelos alunos. Durante a transmissão das aulas se faz necessário a presença de um profissional para atuar como mediador. Esse mediador pode ser um profissional da instituição, nos polos do instituto, ou um profissional das instituições parceiras, nos casos de polos externos.
AVALIAÇÕES	Avaliações realizadas presencialmente nos polos, sendo aplicadas pelo apoio pedagógico presencial, no geral, professores de instituições parceiras ou dos <i>campi</i> -polo. Em geral, são do tipo prova. A periodicidade das avaliações depende do tipo de curso e da forma de oferta das disciplinas. Ex: No caso do curso técnico concomitante, ocorre com a mesma frequência que as disciplinas presenciais, podendo ser bimestrais.
VANTAGENS COMUNS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande quantidade de alunos: uma vez que permite a transmissão de aulas a muitos locais ao mesmo tempo, com um único professor do ofertante alocado por disciplina. ▪ Aumento de recursos na matriz e melhoria de indicadores: Com maior número de alunos, aumenta-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores como a RAP (relação aluno/professor). ▪ Carga horária docente: Uma vez que um único professor do ofertante é alocado por disciplina, ganha-se em termos de disponibilidade docente, pois os demais professores podem atuar em outros cursos ou outras disciplinas do mesmo curso.

VANTAGENS COMUNS	<ul style="list-style-type: none">▪ Não é necessário manter os polos: Com as parcerias com governo do estado e prefeituras, estas são responsáveis em subsidiar os polos presenciais e, em alguns casos, ceder profissionais para apoio aos cursos.▪ Menor evasão: Como o professor mediador presencial está presente semanalmente com os alunos, a proximidade é grande e isso diminui a evasão.▪ Grande capilaridade: a possibilidade de contar com parcerias de outras instituições permite levar o curso a locais remotos, que a instituição teria dificuldades de levar de outro modo.▪ Para a principal parte do curso, o aluno não precisa dispor de qualquer recurso, uma vez que as aulas são transmitidas nos polos presenciais.
DIFICULDADES COMUNS	<ul style="list-style-type: none">▪ A logística para cuidar de um grande número de polos é difícil para os professores e para o coordenador de curso e, por vezes, gera problemas de comunicação.▪ Quando há problemas de transmissão das aulas online (como para locais muito remotos), os alunos ficam prejudicados. Porém, o problema pode ser minimizado com as aulas sendo gravadas e transmitidas posteriormente. No entanto, perde-se o momento de interação com o professor.▪ As parcerias com municípios e/ou estados podem representar problemas a serem administrados quando da troca de gestão.▪ Conflito na referência de instituição pelo aluno: como a interação física do aluno é com o polo, quando este não é da instituição pode gerar um conflito de pertença do aluno (à instituição ou ao polo).▪ O acompanhamento aos alunos pode ficar prejudicado: Se por um lado os alunos têm grande contato com o mediador presencial, em geral de outra instituição, devido ao grande número de alunos, o acompanhamento pelo professor da disciplina pode ficar limitado.

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

O quarto modelo (Tabela 9) trata de metodologias mais simplificadas para cursos de curta duração – cursos de formação inicial e continuada (FIC), inclusive os cursos MOOC (*Massive Open Online Course - Curso Online Aberto e Massivo*).

Tabela 9. Modelo 4

MODELO 4	
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	Não possui atividades e atendimentos presenciais, respeitada a legislação. Baseia-se em ambientes virtuais de aprendizagem ou ambientes específicos para cursos MOOC.
NÍVEIS DE CURSO	FIC (Formação Inicial e Continuada).
OFERTA DE DISCIPLINAS	Em geral, trata-se de uma única disciplina. Quando mais de uma, no geral, uma disciplina por vez.
EQUIPE DO CURSO	Coordenador do curso (Se necessário. Como são, em geral, cursos menores, pode-se ter um coordenador para todos os cursos FIC ao invés de um coordenador por curso); docente conteudista; docente mediador (se necessário); designer educacional.
TECNOLOGIAS UTILIZADAS	Ambiente virtual de aprendizagem, ambientes para cursos MOOC, videoaulas, material impresso, animações, etc.
PLANEJAMENTO E MEDIAÇÃO	Um docente realiza o planejamento da disciplina. No caso de cursos MOOC, não há mediação pedagógica e o curso se dá por meio de autoestudo pelos alunos. No caso de cursos FIC com mediação pedagógica, o acompanhamento e a mediação das atividades a distância são realizados pelo docente responsável por cada turma, que pode ser o próprio docente que planejou a disciplina ou outro.
LOCAL DO POLOS PRESENCIAIS	Não tem.
ESTRUTURA DOS POLOS PRESENCIAIS	Não tem.
ATENDIMENTO PRESENCIAL	Não tem.

AVALIAÇÕES	Avaliações virtuais realizadas no AVA (por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc.). No caso de MOOCs, a correção das avaliações é automática e, no caso de cursos FIC com mediação pedagógica, é realizada de forma automática e/ou pelos professores mediadores.
VANTAGENS COMUNS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Grande quantidade de alunos e maior capilaridade: uma vez que todas atividades são a distância e não necessita de equipe e estrutura para atendimento presencial. ▪ Aumento de recursos na matriz e melhoria de indicadores: Com maior número de alunos, aumenta-se o recurso na matriz orçamentária e os indicadores como a RAP (relação aluno/professor), apesar de cursos dessa natureza contabilizarem pouco na matriz e nos indicadores. ▪ Carga horária docente: Uma vez que um único professor do ofertante é alocado por disciplina, ganha-se em termos de disponibilidade docente, pois os demais professores podem atuar em outros cursos ou outras disciplinas do mesmo curso. ▪ Maior flexibilidade para os alunos, uma vez que não precisam se deslocar aos polos para atividades e avaliações presenciais.
DIFICULDADES COMUNS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requer maior autonomia do aluno devido às ausências de acompanhamento presencial e, no caso de cursos MOOC, ausência ainda de acompanhamento a distância. ▪ Maior evasão: no caso de dificuldades, muitos alunos acabam evadindo. No caso de cursos MOOC, isso ocorre, ainda, pela natureza do curso, em que os alunos muitas vezes procuram para atender a uma necessidade específica, e não necessariamente para obter um certificado. ▪ É necessário estabelecer uma forma de matrícula, avaliação do aluno e certificação em cursos MOOC.
OUTROS ASPECTOS	Com os valores atuais descentralizados por aluno, o impacto na matriz orçamentária ainda não agrega grande valor à instituição.

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

Por fim, o último modelo, apresentado na Tabela 5, foca na oferta de disciplinas a distância em cursos presenciais, algo extremamente importante no processo de institucionalização da EaD e em uma perspectiva de educação híbrida.

Tabela 10. Modelo 5

MODELO 5	
CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	Disciplinas a distância em cursos presenciais. Pode ser uma disciplina inteira em um curso presencial, pode ser parcial, pode ser apenas apoio, pode ser ainda uma disciplina a distância comum a vários cursos.
NÍVEIS DE CURSO	Técnicos, graduações, pós <i>lato sensu</i> , pós <i>stricto sensu</i> .
OFERTA DE DISCIPLINAS	Depende do projeto do curso.
EQUIPE DO CURSO	Compreende o mesmo quadro de profissionais já utilizado na estrutura do curso presencial. Opcionalmente, pode ser um professor de um <i>campus</i> ofertando uma disciplina para um outro <i>campus</i> que não possui tal profissional.
TECNOLOGIAS UTILIZADAS	Ambiente virtual de aprendizagem, videoaulas, material impresso, animações, etc.
PLANEJAMENTO E MEDIAÇÃO	O docente realiza o planejamento da disciplina e a mediação das atividades a distância, bem como das atividades e avaliações presenciais.
LOCAL DO POLOS PRESENCIAIS	As atividades presenciais serão desenvolvidas nas dependências do próprio <i>campus</i> ofertante do curso.
ESTRUTURA DOS POLOS PRESENCIAIS	Não é necessária estrutura específica no polo de apoio presencial.
ATENDIMENTO PRESENCIAL	As atividades presenciais serão desenvolvidas nas dependências do próprio <i>campus</i> ofertante, realizadas sob a orientação e acompanhamento do docente responsável pela disciplina. No caso de um docente de um <i>campus</i> ofertar a disciplina para outro <i>campus</i> , ou este docente se deslocará para o <i>campus</i> polo nos momentos presenciais ou um professor do <i>campus</i> polo será designado para o atendimento presencial.

AVALIAÇÕES	Avaliações virtuais realizadas no AVA (por meio de questionários, participação em fóruns, entrega de trabalhos, etc.) e avaliações presenciais realizadas no polo presencial, sendo aplicadas pelo próprio docentes ou por um apoio pedagógico presencial, quando o professor for de outro campus e não puder se deslocar ao polo. Podem ser do tipo provas ou outro formato de avaliação, como apresentação de trabalho. A periodicidade das avaliações é a mesma das outras disciplinas presenciais.
VANTAGENS COMUNS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Menor estrutura de pessoal: uma vez que se utiliza do mesmo pessoal do presencial. ▪ Maior flexibilidade para os alunos e docentes, uma vez que não precisam se deslocar aos polos para aulas dessa disciplina. ▪ Possibilidade dos campi ofertarem as disciplinas de que necessitam quando não possuem certos professores em seu quadro de pessoal, contando com docentes de outros campi. ▪ Maior possibilidade de atender vários campi da instituição ao mesmo tempo.
DIFICULDADES COMUNS	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Requer capacitação em EaD de todos os docentes da instituição, para estarem aptos a atuarem nessa modalidade e não utilizarem o AVA apenas como repositório de arquivos. ▪ Prejuízo nos indicadores e matriz orçamentária: No caso de docentes de um campus atuarem em disciplinas de outro campus, como o aluno não é do campus que está cedendo o professor, este campus fica prejudicado, pois é utilizada carga horária docente e os alunos não contabilizam em seus indicadores e em sua matriz orçamentária, sendo necessário pensar ações de contrapartida.

Fonte: GT de Institucionalização da EaD Conif, 2017.

Relembramos, mais uma vez, que os modelos acima citados não são fixos, fechados, mas podem ser adaptados às realidades específicas, tendo como maior finalidade servir como norteador e visando destacar diversos aspectos envolvidos, sejam eles positivos ou negativos.

5. MATRIZ ORÇAMENTÁRIA PARA EAD

Desde 2010 a matriz orçamentária da Rede Federal, cuja distribuição é elaborada pelo Forplan/Conif e aprovada pela Setec, conta com recurso de custeio e de assistência estudantil para cursos a distância. Porém, tal recurso não fazia distinção entre cursos a distância com e sem fomento externo. É importante destacar que em 2010 os cursos a distância da Rede Federal eram apenas com fomento externo. Assim, tal distinção não era necessária.

Porém, alguns anos depois e com a diminuição de fomento pelos programas federais, algumas instituições caminharam no sentido da institucionalização da EaD, utilizando seus próprios recursos humanos e materiais para oferta de cursos a distância. Dessa forma, fez-se necessária uma revisão da matriz orçamentária, para que houvesse diferenciação⁸ na destinação de recursos para cursos com e sem fomento externo.

É importante destacar que cursos institucionalizados não possuem recurso externo para pagamento de bolsas para equipes (tais como tutores, professores, etc.) ou para pagar materiais, equipar laboratórios, entre outros. Assim, tudo que é consumido é arcado pelo recurso da instituição e os cursos são usualmente realizados na carga horária de seus professores e administrativos, ainda que se possa utilizar parte desse recurso para pagar bolsas, por exemplo. Outra importante característica é que cursos EaD sem fomento externo, em geral, atuam em menos polos e possuem número de alunos bem inferior a cursos EaD com fomento, uma vez que não há, por exemplo, recursos externos para pagamento de bolsas de tutores a distância e presenciais, coordenadores de polo, etc., atores fundamentais para capilaridade dos cur-

8. Recurso na matriz orçamentária Conif para cursos a distância e com diferenciação entre cursos com e sem fomento externo é uma grande conquista em termos de institucionalização da EaD!

Além disso, os gastos para se manter cursos a distância são muito semelhantes aos de cursos presenciais. É necessário pagar despesas como água, energia, correios, telefone, serviços de segurança, limpeza, artífices, portaria, diárias e passagens para capacitação e reuniões de trabalho da equipe, material de consumo, manutenções prediais, de laboratórios e salas de aula, comprar e repor equipamentos, entre outros. A estimativa realizada pelo GT é que a economia de um curso a distância sem fomento externo em relação a um curso presencial é de cerca de 10% a 20%, dado este que apoiou a proposta apresentada ao Conif.

Em 2016, o GT de Institucionalização da EaD da Setec elaborou uma proposta de revisão da matriz orçamentária para cursos EaD e apresentou à comissão de matriz do Forplan/Conif. Foi verificado que seria necessária uma alteração no Sistec e, para tal, o primeiro passo seria a aprovação no Conif. Conforme citado anteriormente, o GT da Setec foi finalizado após a mudança de governo e, a seguir, iniciado o GT de institucionalização da EaD do FDE/Conif, continuando os trabalhos.

O presente GT apresentou ao Conif, na reunião de março de 2017, uma proposta simplificada de matriz orçamentária, visando diferenciar o recurso para cursos sem fomento externo dos com fomento externo, que foi aprovada.

Proposta aprovada no Conif:

- Cursos EaD que contam apenas com fomento próprio (sem fomento externo) passam a contabilizar 0,8 do aluno presencial;
- Para os cursos com fomento externo (tais como da UAB e e-Tec), permanece a proporção atual que é de 0,25 em relação ao aluno presencial. Isso deve valer, inclusive, após mudanças na forma de pagamento da e-Tec para o Bolsa Formação;

- Assistência estudantil permanece 0,25 em relação ao aluno presencial para todos cursos a distância (com e sem fomento externo);
- Quanto à forma de distribuição do recurso, foi mantido como antes:
- 10% linear (que deve ser destinada ao núcleo gestor de EaD);
- 90% de acordo com o número de alunos (destinada aos campi que possuem cursos a distância).

Foi, ainda, feita uma sugestão por membros da câmara de orçamento do Conif de incorporar o recurso de EaD na matriz, e não apresentar de forma separada. Porém, esse ponto ainda não foi definido e ficou de ser novamente analisado em momento futuro.

Ainda em março de 2017, o GT de Institucionalização da EaD apresentou a proposta aprovada ao Forplan, à sua comissão da matriz e à câmara de orçamento do Conif. Durante a reunião, foi elaborado um documento com a mudança necessária no sistema Sistec, posteriormente entregue pelo Conif à Setec, conforme ofício que consta no Anexo V. A mudança se faz necessária para que, no momento de cadastro de curso, seja informado se o curso é com ou sem fomento externo.

O GT esteve presente na Setec explicando as mudanças necessárias, que posteriormente encaminhou a demanda para sua equipe de TI. Após a realização dessa alteração, será necessária uma modificação no sistema do Conif que monta a matriz orçamentária a partir dos dados extraídos do Sistec.

Na reunião de junho de 2017 o tema voltou como ponto de pauta do Conif, porém foi mantido o que havia sido previamente aprovado. Uma vez que a alteração do Sistec ainda não havia sido finalizada, foi definido pelo Conif que, para a matriz de 2018, os dados de cursos a distância sem fomento externo seriam informados manualmente pelas instituições por meio de ofício.

6. REFLEXÕES FINAIS

Este e-book é oriundo do trabalho do GT de institucionalização da EaD do FDE/Conif de 2016/2017 e tem a finalidade de auxiliar as instituições da Rede Federal no processo de institucionalização, visando à incorporação da EaD em suas atividades regulares e visando a uma educação híbrida, em que a educação presencial e a distância caminhem conjuntamente.

O GT citado não teve a pretensão de esgotar a discussão de institucionalização da EaD, mas ao contrário disso, visou retomar uma discussão que estava há anos estacionada e avançar em alguns aspectos, que culminaram nos objetivos específicos definidos. Para alcançá-los, o GT realizou discussões internas e com o Conif e seus fóruns, elaborou propostas e abriu consultas públicas a toda Rede Federal. Os trabalhos aprovados foram os apresentados no presente e-book.

O GT, também, não teve a pretensão de que as propostas elaboradas fossem completamente fechadas e resolvessem todos os aspectos dos objetivos elencados. Elas são tão somente uma primeira etapa, mas muito significativa para servir de ponto de partida ou de continuidade para o trabalho de institucionalização da EaD.

Considerando as definições a nível de Rede Federal realizadas por este GT e aprovadas pelo Conif, o próximo passo, em relação aos objetivos aqui tratados, está a nível institucional e, também, em ações do próprio Conif.

Assim, com relação à regulamentação da carga horária docente, compete às instituições da Rede Federal de EPT reformular seus documentos normativos internos correspondentes com base na proposta apresentada no Capítulo 2.

Com relação à estruturação dos núcleos gestores de EaD, compete às instituições adequar seus núcleos com base em um dos modelos elencados no Capítulo 3. Assim como compete ao Conif trabalhar em conjunto com a Setec para que as propostas sejam efetivamente postas em práticas e que seja possível a viabilização dos modelos dos últimos dois níveis, baseados em *campus* avançado e em *campus*.

Com relação aos modelos e metodologias de EaD, é importante as equipes se debruçarem sobre o documento e estabelecerem propostas de cursos e disciplinas com base neste, ou mesclando características destes com outras de acordo com o perfil institucional.

Por fim, com relação à matriz orçamentária, é importante as instituições fazerem os devidos repasses aos núcleos gestores de EaD e aos campi ofertantes de cursos a distância. Também é importante analisar se algum modelo interno de redistribuição se faz necessário, dadas as especificidades da instituição.

REFERÊNCIAS

BATTESTIN, Vanessa; ARANTES, Denio R.; Dos Santos, Simone C. A.; Zamberlan, Miguel F. **Retrato da Institucionalização da EaD na Rede Federal**. In: Miranda, Pedro F. M. (org). Análise e financiamentos das políticas públicas. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. ISBN 978-85-7247-459-7; DOI 10.22533/at.ed.5971906.

BATTESTIN, Vanessa; Arantes, Denio Rebello; Santos, Simone Costa Andrade dos; Zamberlan, Miguel Fabricio. **Retrato da Institucionalização da EaD na Rede Federal**. Anais do XV Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância – ESUD; IV Congresso Internacional de Educação Superior a Distância. Organizado por Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. – 12. ed. – Natal: SEDIS- -UFRN, 2018. ISSN 2237-5996.

BRASIL. Decreto no 5.800, de 08 de jun. 2006. **Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB**. Brasília: Diário Oficial da União de 09 de jun. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em 12 jul. 2017.

_____. Decreto no 7.589, de 26 de out. 2011. **Institui o Sistema e-Tec Brasil**. Brasília: Diário Oficial da União de 27 de out. 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7589.htm. Acesso em 12 jul. 2017.

_____. **Relatório Final do Grupo de Trabalho de Institucionalização da EaD**. GT de Institucionalização da EaD do FDE/Conif. Brasília, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/GTConif2016-2017>. Acesso em 30 ago 2019.

NUNES, Vanessa Battestin; Passos, Marize L. S; Sondermann, Danielli V. C.; Baldo, Yvina P.; Costa Junior, José Mário. **A Trajetória da Institucionalização da Educação a Distância no Instituto Federal do Espírito Santo: Desafios e Conquistas.** In: XII Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância (ESUD), 2015, Salvador - BA.

ANEXO I

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DA PORTARIA 17 DE ACORDO COM A PROPOSTA DO CONIF

O GT de Institucionalização da EaD do FDE/Conif acredita que a melhor alternativa para a regulamentação de atividades docentes em componentes curriculares a distância é a alteração da Portaria nº 17, de 11 de maio de 2016, da Setec, contemplando as especificidades de EaD à proposta de alteração do Conif, nos seguintes termos:

- 1) Suprimir o Parágrafo único do artigo 4º da Portaria 17.
- 2) No artigo 4º, inciso V, alterar para: “Mediação pedagógica de componentes curriculares a distância”.
- 3) No artigo 4º, acrescentar os seguintes parágrafos:

§ 1º Os componentes curriculares a distância podem integrar cursos a distância ou cursos presenciais, conforme legislações pertinentes.

§ 2º Devido à necessidade de elaboração de materiais didáticos que atendam às especificidades do processo de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares a distância, para a primeira oferta destes, o docente fará jus à carga horária de planejamento em período anterior à execução do respectivo componente curricular.

§ 3º A mediação pedagógica na oferta de componentes curriculares a distância define-se pela atuação docente no processo de ensino a distância,

esclarecendo dúvidas, promovendo espaços de construção colaborativa do conhecimento, participando de processos avaliativos, orientando e corrigindo atividades, entre outras.

§ 4º Além do docente responsável pelo planejamento do componente curricular, a depender da quantidade de turmas ou discentes, outros docentes poderão exercer a atividade de mediação pedagógica e, para isso, farão jus à carga horária desta atividade no período de execução do componente curricular.

4) No artigo 12, antes do § 1º, inserir os seguintes parágrafos:

§ 1º Para o caso de componentes curriculares a distância, a atividade de mediação pedagógica prevista no inciso V do artigo 4º. deverá computar carga horária equivalente à carga horária de aula da disciplina.

§ 2º A atividade de mediação pedagógica deve, também, ser considerada para computar a carga horária mínima e máxima prevista neste artigo.

5) Acrescentar o seguinte parágrafo no artigo 13:

Parágrafo único: No caso do planejamento e execução de componentes curriculares a distância, outras funções tais como design educacional, coordenação de polo, coordenação de Trabalhos de Conclusão de Cursos, dentre outras, poderão ser contabilizadas como atividades administrativas do docente.

ANEXO II

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA MINUTA DE PORTARIA No - XX, DE XX DE XXX DE 2016

Estabelecer diretrizes gerais para a estruturação dos núcleos gestores de Educação a Distância, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, do Anexo I, do Decreto nº 7.690, de 02 de março de 2012, e

CONSIDERANDO a necessidade da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em estabelecer diretrizes para institucionalização da Educação a Distância;

CONSIDERANDO os trabalhos realizados por grupos de trabalhos do Conselho Nacional das Instituições da rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) com a finalidade de apresentar soluções para institucionalização da Educação a Distância; resolve:

Art. 1º Estabelecer diretrizes gerais para a estruturação dos Núcleos Gestores da Educação a Distância, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, visando a consolidar a Educação a Distância como modalidade educacional.

Art. 2º Os Núcleos Gestores da Educação a Distância são estruturas organizacionais que visam à institucionalização da Educação a Distância nas instituições integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e seus objetivos principais são:

I. Promover a integração sistêmica com os campi, tendo em vista a consolidação das políticas institucionais relacionadas à EaD e ao uso de tecnologias na Educação.

II. Propor e implementar políticas para programas e projetos na modalidade a distância na Rede Federal.

III. Possibilitar, nos limites estabelecidos pela legislação, a oferta de componentes curriculares a distância em todos os níveis de ensino.

IV. Promover a formação de docentes e servidores técnico-administrativos em Tecnologias da Informação e Comunicação e Educação a Distância.

V. Congregar e potencializar os vários programas de fomento de Educação a Distância.

VI. Estabelecer diretrizes para a produção de materiais didáticos e tecnologia educacional para a modalidade a distância e também para a modalidade presencial.

VII. Estabelecer diretrizes para o funcionamento da infraestrutura tecnológica necessária para a oferta de Educação a Distância.

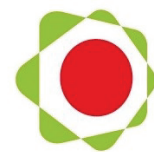
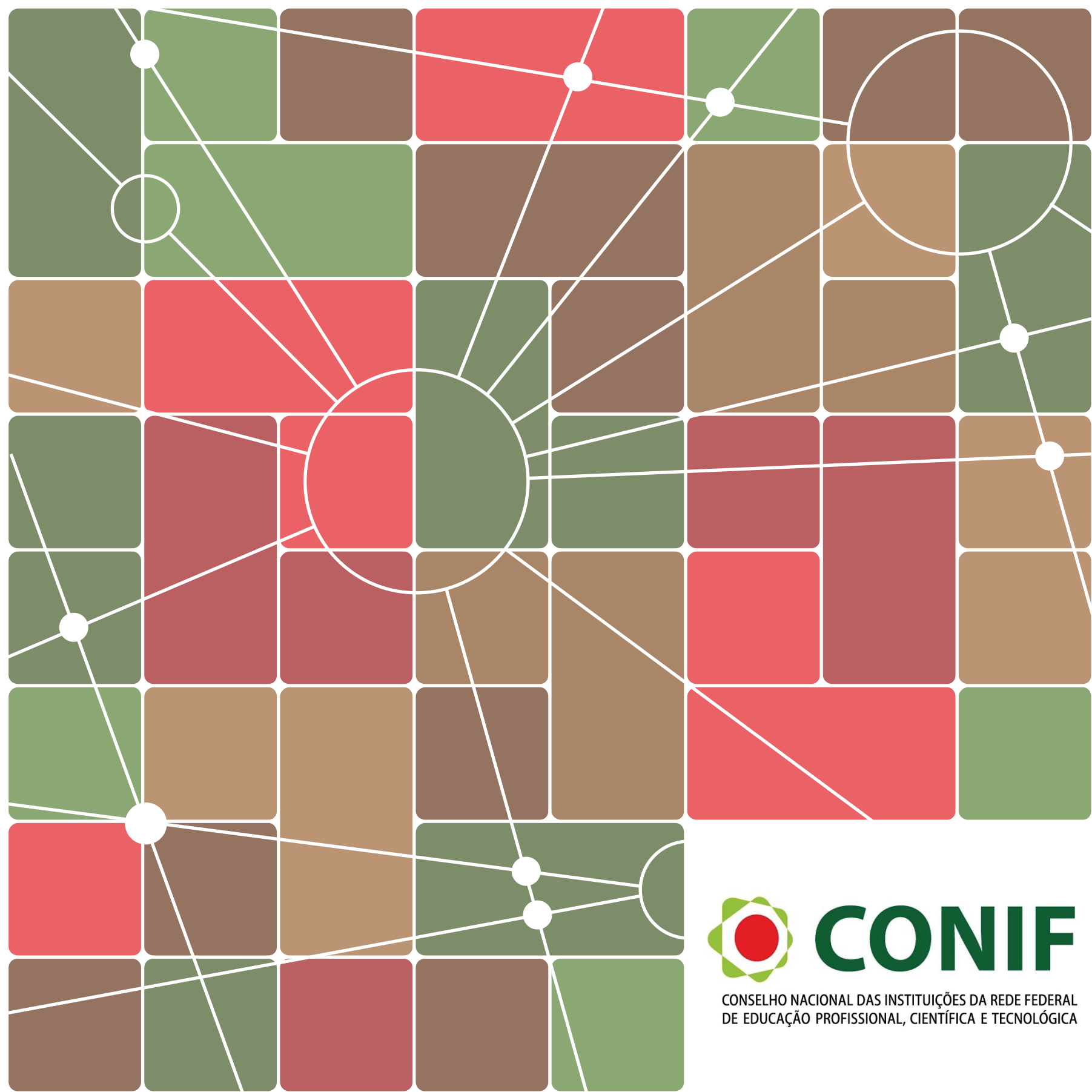
VIII. Estabelecer diretrizes para a integração da pesquisa e da extensão ao ensino a distância.

Parágrafo único: os núcleos gestores de Educação a Distância podem, em consonância com a estrutura adotada em cada instituição, ofertar cursos nos diversos níveis e modalidades.

Art. 3º A estrutura dos Núcleos Gestores de Educação a Distância deverá ser constituída de acordo com as condições institucionais.

§ 1º Os modelos de Núcleo Gestor de Educação a Distância estão estabelecidos em níveis de referência para sua estrutura, considerando o quadro de docentes, servidores técnico-administrativos e funções (cargos de direção e funções gratificadas), a saber:

	DOCENTES	TÉCNICOS				CD2	CD3	CD4	FG1	FG2
		C	D	E	TOTAL					
Núcleo/diretoria gestor de EaD	0	0	3	4	7			1	2	
Centro de Referência gestor de EaD sem oferta própria	3	0	8	4	12		1		3	
Centro de Referência gestor de EaD com oferta própria	16	2	15	12	29		1	1		1
Campus avançado gestor de EaD II	40	3	23	18	44		1	2		2
Campus gestor de EaD	70	9	36	23	68	1		3	4	8



CONIF

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA